CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Albino Oliveira - Ascom SEAD

Medida permite renegociar dívidas devido à estiagem

CMN prorroga operações de crédito rural por conta da seca

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou nesta quinta-feira (29), a prorrogação das operações de crédito rural de custeio contratadas por produtores rurais com recursos equalizados pelo Tesouro. A medida consta da Resolução 5.220/2025.

A resolução permite a renegociação de dívidas de produtores rurais prejudicados pela seca na safra atual, incluindo aqueles do Rio Grande do Sul. A medida amplia a renegociação, permitida hoje para pequenos produtores, para médios e demais produtores.

Pela resolução, o CMN autoriza as instituições financeiras renegociarem os financiamentos de custeio contratados por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e para demais produtores.

Pronamp

A Fazenda pontua que "o CMN, pelos prejuízos dos produtores rurais gaúchos com a estiagem, nos primeiros meses de 2025, autorizou as instituições financeiras a renegociarem as operações de crédito rural de custeio contratado ao Pronamp e pelos demais produtores rurais".

Inadimplência

"Essa regra contribui para evitar que a incapacidade de pagamento dos produtores rurais, pela frustração de safra ou perda de receita potencialize a inadimplência, mas não é prorrogação automática dos vencimentos das operações de crédito", conclui a Fazenda.

Bitcoinblock

|Piora na relação EUA-China 'azedou' a criptomoeda

Deterioração EUA-China força recuo do bitcoin

O bitcoin recuou na sexta-feira (30), em meio à piora nas relações comerciais entre EUA e China, mesmo diante de avanços regulatórios relevantes para o setor cripto no país ianque.

ÀS 15h25, a criptomoeda caía 1,15%, cotada a US$ 104.706,72, com perda semanal de 6,60%. Já o Ethereum operava em queda de 2,44%, a US$ 2.577,64, com recuo semanal de 2,70%, segundo dados da Binance.

"O mercado de bitcoin foi sacudido por uma forte onda de liquidações: mais de US$ 600 milhões em posições compradas (longs) foram eliminadas em 24 horas, devido à volatilidade", afirmou Alejandro Arrieche, da FxEmpire.

Violação

A tensão entre Washington e Pequim aumentou após o presidente dos EUA, Donald Trump, acusar a China de violar o acordo de trégua tarifária. Investidores reagem à possibilidade de novas restrições ao setor de tecnologia chinês por parte do governo americano.

Ambiente

A queda ocorre, mesmo diante de avanços regulatórios e a melhora do ambiente para criptomoedas nos EUA. Entre os destaques estão o arquivamento do processo da SEC contra a Binance, o anúncio da Trump Media sobre a criação de uma reserva em bitcoin de US$ 2,32 bilhões

Caixa

Concebida para facilitar financiamentos de até R$ 350 mil, a Caixa acaba de lançar uma nova modalidade de crédito imobiliário, que integra o programa 'Apoio à Produção', que utiliza recursos livres do banco, voltados à construção civil que atuam no segmento de moradias acessíveis.

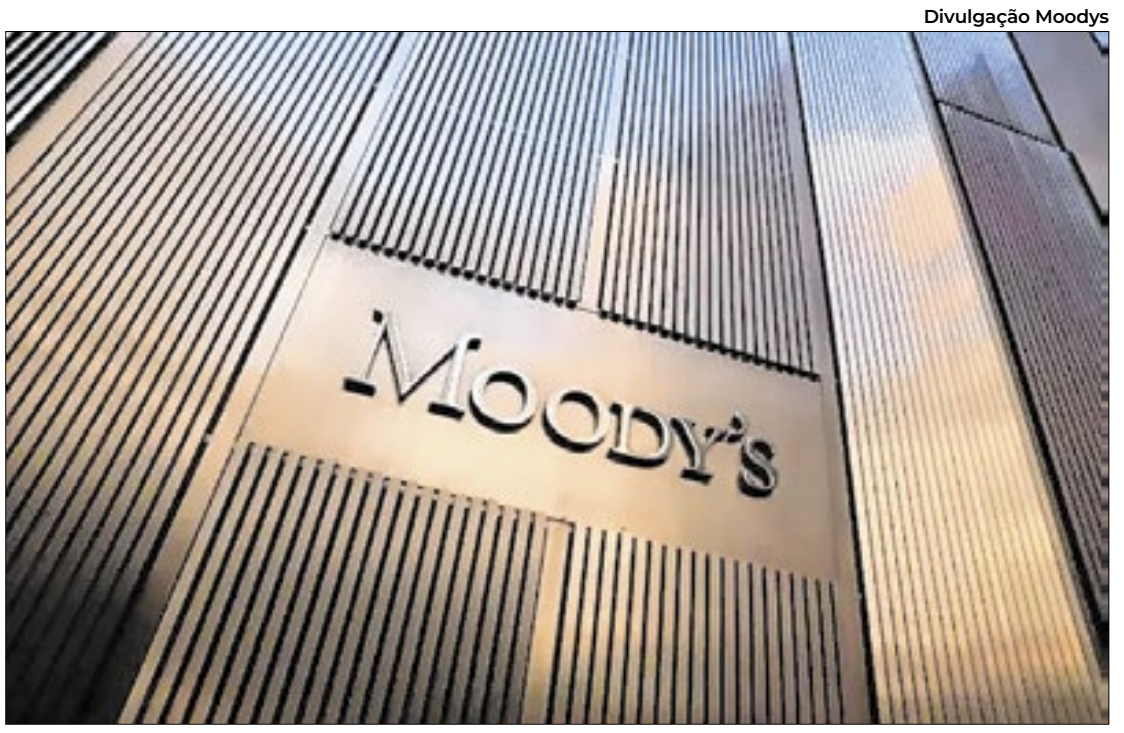
Compromisso

O diretor-executivo de Habitação da Caixa, Roberto Ceratto, assinalou que "a Caixa reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social e o acesso à moradia para famílias de baixa renda, por meio de uma nova modalidade de crédito que facilita a conquista da casa própria".

Moody's rebaixa nota do país ante a 'vulnerabilidade fiscal'

Agência observa que houve 'lentidão' na adoção das reformas fiscais

Divulgação Moodys



Para o rebaixamento, pesou a piora na capacidade do Brasil de sustentar sua dívida

Por Marcello Sigwalt

Piora na capacidade do Brasil de sustentar sua dívida, devido ao aumento dos custos de financiamento e a rigidez nos gastos públicos.

Sob esse argumento, a Moody's Ratings alterou nesta sexta-feira (30), a perspectiva para a avaliação do governo brasileiro, que caiu de positiva a estável, embora tenha sido mantida a nota Ba1 para dívidas em moeda local e estrangeira, além dos títulos seniores. Para reforçar a decisão, a agência sustentou que, apesar do cumprimento das metas de resultado primário, o avanço nas reformas fiscais teve a marca da lentidão.

"O Brasil tem um perfil de dívida sensível à elevação dos juros, que, junto com a rigidez dos gastos, limita o espaço para cortes adicionais e complica o controle da trajetória da dívida pública", informou a Moody's, ao atestar que a gestão petista tem a marca da 'vulnerabilidade fiscal'.

Ao mesmo tempo, a Moody's admitiu que o crescimento econômico de 3% ao ano, com base em uma economia diversificada e reformas estruturais, demonstram 'resiliência do país frente a choques externos.

Em contraponto, a Moody's aponta que a dívida pública projetada deve se estabilizar em torno de 88% do PIB nos próximos cinco anos, um aumento frente a 82% estimados em outubro de 2024, impelido por pagamentos de juros, que devem consumir até 21% da receita em 2025, ante 15% em 2023.

Mesmo reconhecendo o mérito de 'mudanças na estrutura da dívida' — como o aumento gradual da participação de títulos prefixados e atrelados à inflação, além do alongamento do prazo médio - para a melhoria do 'manejo de riscos', a agência Moody's prevê "que seus efeitos serão lentos".

Apesar do avanço das reformas fiscais, pela redução de vinculações de receitas e revisão da correção automática de benefícios sociais, a agência entende que o governo deveria reduzir as incertezas fiscais.

Vem aí a bandeira vermelha em junho

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) informou, nessa sexta-feira (30), o acionamento da bandeira vermelha, no patamar 1, para o mês de junho de 2025, indicando aumento no custo da energia para os consumidores.

Isso significa que as contas de energia elétrica terão cobrança adicional de R$ 4,46 (quatro reais e quarenta e seis centavos) a cada 100 kW/h (quilowatt-hora) consumidos.

Diante do cenário de afluências abaixo da média em todo o país indicado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), projeta-se uma redução da geração hidrelétrica em relação ao mês anterior, com um aumento nos custos de geração devido à necessidade de acionamento de fontes de energia mais onerosas, como as usinas termoelétricas

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado pela ANEEL em 2015 para indicar, aos consumidores, os custos da geração de energia no Brasil. Ele reflete o custo variável da produção de energia, considerando fatores como a disponibilidade de recursos hídricos, o avanço das fontes renováveis, bem como o acionamento de fontes de geração mais caras como as termelétricas.

Com as bandeiras, o consumidor ganha um papel mais ativo na definição de sua conta de energia. Ao saber, por exemplo, que a bandeira está vermelha, o consumidor pode adaptar seu consumo para ajudar a reduzir o valor da conta.

Pela regra anterior, que previa o repasse reajustes tarifários anuais, o consumidor não tinha a informação de que a energia estava cara naquele momento e, portanto, não tinha um sinal para reagir a um preço mais alto.

Aperto monetário prejudica a indústria

Wilson Dias - Agência Brasil

Enquanto Agro salta 12,2%, indústria amarga recuo de 1%

A política monetária afetou no primeiro trimestre o desempenho da indústria de transformação e da construção, mas o bom desempenho da agropecuária ofuscou o alcance do aperto monetário. A avaliação é de Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025 ante o quarto trimestre de 2024. Sob a ótica da oferta, o resultado foi impulsionado, sobretudo, pela agropecuária, que expandiu 12,2%. "Tem efeito em cadeia. Não dá para quantificar exatamente, mas é um setor primário, tem uma cadeia produtiva comprida lá para frente, ela influencia positivamente vários setores", afirmou Rebeca.

Os Serviços, com alta de 0,3%, também contribuíram positivamente para o PIB do primeiro trimestre, com destaque para o crescimento de 3,0% em Informação e comunicação, especialmente devido ao aumento de Internet e desenvolvimento de sistemas.

Por outro lado, a Indústria de transformação encolheu 1,0% no primeiro trimestre de 2025 ante o quarto trimestre de 2024, e a Construção caiu 0,8%. Como consequência, o PIB industrial recuou 0,1% no primeiro trimestre, afetado pela política monetária restritiva.

"As duas atividades que estão caindo mais em relação ao quarto trimestre são as duas maiores quedas, transformação e construção, as que têm maior peso no PIB da indústria. É pela política monetária restritiva. São as atividades econômicas que estão realmente mais impactadas pela política monetária mais restritiva", frisou Palis.

As indústrias extrativas cresceram 2,1% no primeiro trimestre ante o quarto trimestre. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, porém, o resultado foi mais modesto, elevação de apenas 0,2%, devido a uma maior extração de petróleo e gás, mas queda no minério de ferro.

Despesas federais atingem R$ 262,5 bi

As despesas de pessoal do Poder Executivo alcançaram um patamar de 17,7% da Receita Corrente Líquida (RCL) no 1º quadrimestre de 2025, totalizando R$ 262,5 bilhões, redução de 0,5 ponto porcentual (p.p) ante dezembro de 2024,(18,2% da RCL). Os dados constam no Relatório de Gestão Fiscal em Foco da União divulgado nesta sexta-feira (30), pelo Tesouro Nacional.

A despesa com pessoal no primeiro quadrimestre (1Q25) ficou abaixo do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para esse tipo de despesa (37,9% da RCL). A RCL acumulada nos 12 meses até abril foi de R$ 1,486 trilhão.

Já a Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União alcançou o patamar de 495% da RCL, totalizando R$ 7,36 trilhões no ano. O resultado representa uma redução de 2 pp comparado ao fim de 2024. O limite de DCL sobre RCL para a União não foi definido pela LRF.

O relatório aponta ainda que, no 1º quadrimestre de 2025, o valor das garantias concedidas pela União totalizou R$ 337 bilhões, o que representa uma redução de R$ 18 bilhões em relação ao final de 2024 (R$ 355 bilhões). Esse valor corresponde a 22,7% da Receita Corrente Líquida (RCL), porcentual inferior ao limite de 60% da RCL estabelecido pelo Senado Federal para esse tipo de operação.

O Relatório de Gestão Fiscal em Foco da União, com análises gráficas, é quadrimestral e apresenta os comparativos com os limites de que trata a LRF para a despesa total com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias, operações de crédito, restos a pagar e disponibilidade de caixa.